

Trabalho, meio ambiente e educação: um estudo das práticas educativas das ONGs¹

NEISE DELUIZ - ndeluz@uol.com.br

Universidade Estácio de Sá

VICTOR NOVICKI - victor.novicki@globo.com

Universidade Estácio de Sá

BEATRIZ PINHEIRO - bia_pinheiro@hotmail.com

Universidade Estácio de Sá

CHRISTIANE ARAÚJO - chrisdearaujo@hotmail.com

Universidade Estácio de Sá, mestranda

Resumo

Este artigo focaliza as relações entre trabalho, meio ambiente e educação no contexto do processo de globalização e seus impactos nas esferas da produção e do trabalho e na crise socioambiental. Discute os desafios dos movimentos sociais nos anos 90, a participação das ONGs no campo social e educacional e as concepções de educação implícitas em suas propostas de ação. Apresenta os resultados de pesquisa qualitativa sobre as práticas educativas das ONGs nos Programas de Educação Profissional do PLANFOR/MTE no Rio de Janeiro, tendo como parâmetro o debate sobre as matrizes discursivas que orientam os distintos projetos de desenvolvimento sustentável na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Trabalho. Meio ambiente. Organizações não-governamentais. Educação. Políticas Públicas.

Labor, environment and education: a study of NGOs educational practices

Abstract

This article focuses the relationships among labor, environment and education in the context of the globalization process and its impacts on the production and labor spheres and on social-environmental crisis. It also discusses the challenges for social movements in the nineties, the participation of non-governmental organizations on social and educational field and conceptions of Education related to their proposals for intervention. Shows the results of qualitative research on how NGOs act in the activities related to the National Plan for Vocational Education (PLANFOR/MTE), in Rio de Janeiro, using as a parameter the theoretical-conceptual frameworks that guide different sustainable development projects under discussion in contemporary society.

Keywords: Labor. Environment. Non-governmental organizations & education. Public policies.

¹ Este trabalho é parte da Pesquisa “As organizações da sociedade civil e suas propostas e práticas de Educação Profissional: um estudo das ONGs do Rio de Janeiro”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá, com financiamento do CNPQ.

Introdução

O aprofundamento dos processos de reorganização do capitalismo em escala mundial e o acirramento da crise ambiental marcam as três últimas décadas do século passado. A crise da sociedade do trabalho (OFFE, 1984), com o recrudescimento dos níveis de desemprego e a degradação ambiental, tem contribuído para a queda na qualidade de vida das populações e o aumento das desigualdades socioambientais.

Tais fatores levam à urgência de uma discussão ampliada sobre as relações entre trabalho, meio ambiente e o modelo de desenvolvimento econômico hegemônico. Os processos de formação deveriam levar em consideração estas discussões, pois a sociedade e a cidadania começam a questionar até que ponto os recursos naturais e a humanidade suportarão um modelo onde “a busca do lucro como objetivo em si da produção capitalista favorece a produção e o consumo ilimitados” (FOLADORI, 2001, p.210).

Se no âmbito da educação formal os Parâmetros Curriculares Nacionais/ PCN (MEC/SEF, 1998) determinaram a introdução da temática ambiental no currículo do ensino fundamental de modo “transversal”, ou seja, perpassando todas as disciplinas, e em todos os níveis e modalidades de ensino a partir da Política Nacional de Educação Ambiental-PNEA (BRASIL, 1999), no âmbito da educação não-escolar não tem se verificado a discussão da temática ambiental nos currículos dos cursos, principalmente no que se refere às experiências de educação profissional.

Essas experiências de educação profissional não-escolares se ampliaram no país a partir de 1995, quando novos atores sociais – sindicatos, universidades, organizações da sociedade civil, como as organizações não-governamentais (ONGs), entre outros, passaram a atuar nos programas de qualificação profissional no âmbito do Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR) do Ministério do Trabalho e Emprego. Segundo o PLANFOR, os cursos devem contemplar, além das habilidades específicas de uma dada ocupação/profissão, as habilidades básicas (informática, escrita, leitura, cálculo) e as habilidades de gestão, que podem abarcar noções de cidadania, de direitos do trabalhador e gestão do próprio negócio.

Para além do modelo curricular proposto pelo Plano, cabe indagar em que medida e de que forma os cursos ministrados pelas ONGs abordam, em seus conteúdos básicos e de gestão, as questões ambiental e do trabalho, uma vez que esta discussão está necessariamente implícita numa educação profissional integral que tem como perspectiva a formação de sujeitos críticos.

É objetivo deste trabalho investigar as práticas educativas das ONGs, analisando a articulação entre as temáticas do trabalho e ambiental nos cursos de qualificação profissional ministrados no âmbito do PLANFOR/MTE no Rio de Janeiro, tendo como parâmetro o debate sobre as matrizes discursivas que orientam os distintos projetos de desenvolvimento sustentável na sociedade contemporânea.

O debate sobre as relações entre trabalho, meio ambiente e educação

O processo de globalização (IANNI, 1996), de reestruturação produtiva (HARVEY, 1996) e a adoção de políticas neoliberais (FIORI, 1997), trazem novos contornos às questões do trabalho e ambiental. As fronteiras políticas e econômicas se dissolvem no processo de desenvolvimento do capitalismo internacionalizado e desregulamentado (ANTUNES, 2000) e emergem novas fronteiras ambientais que devem ser levadas em consideração (ALTVATER, 1999).

Os reflexos das mudanças do mundo do trabalho na intensificação da crise socioambiental levam ao debate sobre as relações entre trabalho, meio ambiente e educação no sentido da formulação de novas propostas educacionais que possibilitem a formação de sujeitos críticos que reivindicam igualdade, justiça social e novas formas de produção, trabalho e consumo, visando reverter as condições sociais e ambientais vigentes no capitalismo contemporâneo.

Frente a este quadro, verifica-se a formulação de concepções de modelos de desenvolvimento sustentável, ancoradas em diferentes matrizes teóricas que conformam distintos projetos políticos e educacionais.

Na primeira concepção de desenvolvimento sustentável se afirma a primazia da economia (ACSELRAD; LEROY, 1999) na perspectiva da hegemonia do livre mercado. Seus pressupostos estão baseados na economia política clássica, no liberalismo econômico de Adam Smith (1985) e, contemporaneamente, no neoliberalismo de Hayek (1987). A relação trabalho e meio ambiente está subsumida à supremacia do capital, com sérias conseqüências para o trabalho e os recursos naturais. Esta perspectiva, que não questiona o modo de produção capitalista, orienta as concepções e práticas da Educação Ambiental: abordagem comportamentalista-individualista ou “adestramento ambiental” (BRÜGGER, 1994) e da Educação Profissional: abordagem produtivista-instrumental (SINGER, 1996) e adestramento profissional. Uma segunda concepção tem como princípio norteador a auto-suficiência das comunidades (ACSELRAD, 2001) e a auto-regulação na busca do equilíbrio homem-natureza e homem-sociedade e seus pressupostos fundamentam-se na teoria fisiocrática de Quesnay (1985). A relação trabalho e meio ambiente aponta para a subsunção do trabalho à natureza e do indivíduo à comunidade, tornando-o mera função social (MAZZOTTI, s/d).

Uma terceira concepção tem como perspectiva a “sustentabilidade democrática” (ACSELRAD, 1999), e seus pressupostos estão ancorados na tradição do marxismo e na crítica da economia política (MARX, 1983). Tem como fundamento norteador a equidade, destacando que é o modo de produção capitalista que está na raiz da desigualdade social e da degradação ambiental. Segue o conceito de meio ambiente defendido na Conferência de Tbilisi (UNESCO, 1980), que inclui os recursos naturais do planeta, as instituições e valores criados historicamente pela ação social do homem e

a tensão entre eles (poluição). Nesta concepção as categorias trabalho e natureza articulam-se na perspectiva de ampliação da qualidade de vida das populações e de superação da exclusão social. Esta perspectiva reflete-se nas concepções e práticas da Educação Ambiental: ação pedagógica transformadora/crítica (MACCARIELLO et.al., 1999) e da Educação Profissional: abordagem civil-democrática (SINGER, 1996) e educação omnilateral (MANACORDA, 1991).

A relevância desse debate² está em propor uma construção teórica que privilegie a relação entre trabalho e meio ambiente, considerando que é o trabalho que transforma a natureza e que a apropriação e uso do meio ambiente estão subordinados ao modo de produção capitalista, gerador da crise ambiental e do trabalho. Uma proposta crítica de educação supõe uma perspectiva de formação civil-democrática de Educação Ambiental e Profissional, apontando os determinantes econômicos, políticos, sociais, culturais e ideológicos da degradação do mundo do trabalho e socioambiental.

Neste debate, enfatiza-se a perspectiva dos atores sociais sobre as questões do trabalho e ambiental, principalmente a das organizações da sociedade civil - como as ONGs -pois, como apontado em Tbilisi (UNESCO, 1980), são consideradas interlocutores privilegiados na construção de um desenvolvimento sustentável e democrático. Recomenda-se, por outro lado, a investigação sobre sua intervenção nas políticas educacionais, especificamente nas de Educação Profissional, verificando-se a articulação entre as temáticas trabalho e meio ambiente nos conteúdos programáticos dos cursos de qualificação ministrados.

As ONGs e a participação nas políticas públicas de educação profissional

Os anos 90 são marcados por transformações no papel e funções do Estado, que muda não só o modo de desenvolver políticas públicas, mas também de se relacionar com a sociedade civil. Esse novo tipo de relação Estado-sociedade encontra seu fundamento na reforma do aparelho de Estado que, ao transferir parte de suas responsabilidades para o mercado e a sociedade civil organizada, reduz suas funções sociais. A partir dessa redução, é então possível assistir o surgimento de uma série de instituições – como as ONGs – que, em seu conjunto, exercem um papel de mediação entre coletivos de indivíduos organizados e as instituições do sistema governamental. Trata-se do “terceiro setor”, que passa a ocupar um espaço entre o mercado e o Estado, marcando a existência de uma esfera entre o público e o privado, isto é, uma esfera

² Este debate foi aprofundado anteriormente em DELUIZ, N.; NOVICKI, V. (2004).

pública não-estatal.

Para Habermas (1997, 1984), a esfera pública é entendida como o *locus* da restauração de formas de solidariedade rompidas pela racionalização sistêmica e como um espaço para a reconstrução democrática. Nesse espaço, os diferentes atores desenvolvem domínios de ação estruturados comunicativamente, nos quais os interesses particulares são negociados democraticamente, buscando se tornar legítimos por meio de argumentos justificados racionalmente e de regras previamente pactuadas entre os participantes. Tomando como referencial as análises de Habermas, alguns autores, como Gohn (2000) e Raichelis (2000), defendem uma concepção de esfera pública como espaço de luta social, como um possível terreno de revitalização da sociedade civil, como palco de novas possibilidades de relacionamento entre o Estado e a sociedade, onde se poderia chegar a assistir a erosão da dicotomia estatal/privado.

Essa esfera pública não-estatal, que surge a partir do deslocamento das responsabilidades estatais em relação às políticas sociais, inclui ONGs dos mais variados tipos, que atuam no desenvolvimento de projetos e na prestação de serviços à sociedade. Em função do contexto de crise e transformação nos movimentos sociais, é possível observar mudanças no perfil das ONGs que atuam no Brasil, uma vez que diminui a participação de ONGs mais voltadas para um trabalho de militância política - “de costas para o Estado” (DIAS, 2004), e aumenta o número de ONGs que se relacionam com o sistema governamental através de políticas de parceria. Seu campo de atuação torna-se mais diversificado: convivem na sociedade civil ONGs caritativas, desenvolvimentistas, cidadãs e ambientalistas (GOHN, 1997).

No campo da educação profissional, a participação das ONGs ocorre de maneira mais expressiva a partir de 1995, com a implementação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL/ MTE, 1995). O PLANFOR tem sido executado de forma descentralizada, através dos Planos Estaduais de Qualificação (PEQs), coordenados pelas Secretarias Estaduais de Trabalho, que contratam Instituições Executoras - instituições empresariais, Universidades, Escolas Técnicas Federais / Estaduais, ONGs, Centrais Sindicais, entre outras, para ministrar cursos de qualificação profissional.

Com a intenção de analisar a atuação das ONGs nos Programas de Qualificação Profissional, o presente trabalho tomou como referência de estudo as organizações da sociedade civil participantes do *Programa Trabalhar e Aprender: Qualificação para a Cidadania* da Secretaria de Estado do Trabalho do Rio de Janeiro (SETRAB), que operacionaliza o PLANFOR/MTE.

Neste estudo foi observada a existência de um amplo espectro de organizações que participam nos programas de qualificação profissional da SETRAB, que abrange desde instituições com larga experiência relacionada aos movimentos sociais e que desenvolveram uma prática democrática de educação popular ao longo de sua existência, até entidades criadas após 1995, com o objetivo precípua de ter acesso às verbas

públicas, atuando em uma perspectiva mercantil dos serviços educacionais.

A atuação das ONGs que fazem parte do programa está focalizada nas populações carentes: jovens em situação de alto risco, portadores de deficiência, mulheres chefes de família, detentos e egressos do sistema penal, entre outros sujeitos excluídos do mercado de trabalho. De modo geral, é possível afirmar que a maior parte dos cursos de qualificação desenvolvidos se volta para os serviços pessoais e domésticos, tais como: manicura; babá; básico de cabeleireiro; doces e salgados; corte e costura; cuidador de idosos; básico de costura industrial; conserto de aparelhos domésticos, entre outros. A oferta de cursos tem sido, portanto, direcionada para ocupações sem maiores exigências de escolaridade, vinculadas ao mercado informal desqualificado. Os cursos de qualificação oferecidos são de curta duração e voltam-se, em geral, diretamente para o mercado de trabalho demonstrando a pouca preocupação com o aumento da escolaridade e com a ampliação da cidadania.

A pesquisa indicou, ainda, que as parcerias não contêm as novas possibilidades, destacadas na literatura, de participação da sociedade civil nos processos de deliberação do objeto de interesse público. As ONGs não são chamadas a participar de modo efetivo da formulação da política de educação profissional, nem há discussão ou controle público sobre as ações e serviços prestados por estas organizações, que atuam apenas no sentido de executar os serviços educacionais demandados pela SETRAB, sem contribuir para ampliar as discussões e a reflexão sobre os destinos e finalidades das Políticas de Educação Profissional.

A articulação entre as temáticas do trabalho e ambiental nos cursos de qualificação profissional ministrados pelas ONGs

Entre as 38 instituições executoras dos programas de educação profissional pesquisadas, 16 são organizações da sociedade civil, dentre as quais 7 ONGs e 9 instituições sem fins lucrativos/filantrópicas que desenvolveram, no período 2000-2002, ações no município do Rio de Janeiro. Das 7 ONGs, apenas 4: Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS); Centro de Estudos Sociopsicanalíticos Casa Alto Lapa Santa (CESOP); Grupo de Defesa Ecológica (GRUDE) e a Associação Civil ANIMA abordaram de forma explícita, nos materiais investigados e nas entrevistas realizadas, a temática ambiental no interior dos cursos de educação profissional oferecidos.

O foco do trabalho do CEDAPS é a promoção da saúde e o desenvolvimento comunitário visando a construção de uma sociedade saudável, na qual todos os cidadãos tenham acesso equitativo aos recursos que promovem a qualidade de vida: educação de qualidade, habitação e meio ambiente adequado, emprego e renda, acesso à informação, lazer e cultura, saneamento, alimentação, segurança, participação social e bons serviços de saúde.

No período 2001-2002, o CEDAPS desenvolveu os seguintes projetos na zona oeste do Rio de Janeiro: Lideranças Comunitárias; Prevenção das DST/AIDS; Agente Comunitário de Desenvolvimento; Agente Comunitário de Saúde e Agente Comunitário de Educação. No CEDAPS, a temática ambiental é contemplada nos seus projetos de intervenção, mas não é abordada de forma detalhada nos cursos de qualificação profissional. Suas atividades estão voltadas para a promoção da saúde, o meio ambiente no local de trabalho e prevenção de riscos ambientais, e as práticas educativas são orientadas para a preservação/educação ambiental com base na metodologia participativa do *Problem Solving for Better Health* (PSBH), que visa a resolução de problemas através de projetos de intervenção elaborados por atores sociais capacitados durante seminários específicos.

O CESOP propõe-se a interferir na linha reta favela/presídio/genocídio de jovens; lutar pela cidadania das populações marginalizadas; facilitar a inserção dos jovens em ações de transformação do país; e distribuir políticas e ações de arte, de estética e alegria. No período analisado, o CESOP conduziu os seguintes projetos: Formação de Monitores de Cidadania nas Comunidades e Formação de Monitores de Cidadania nos Presídios do Rio de Janeiro e Niterói.

Na apostila referente às habilidades básicas destes cursos são apresentados 20 diferentes temas, denominados mosaicos, que envolvem: cidadania, violência, drogas, direitos humanos, inclusão/exclusão, preconceito, questão agrária, lutas por liberdade, cooperativa entre outros, que são discutidos a partir de textos variados. Alguns destes temas-mosaico são escolhidos em conjunto pelos alunos e coordenação para serem debatidos nos cursos.

O mosaico 12 traz uma discussão sobre a Amazônia, levantando os problemas gerados pelo desmatamento, a pecuária e pela questão das fronteiras. O CESOP afirma que as soluções para estas questões passam por uma ecologia de meio ambiente, social e mental, tendo como orientação uma concepção democrática e popular de governo para acabar com a exploração e a dominação da Amazônia. Apresenta uma proposta de desenvolvimento que deveria se basear no agro-extratativismo, na agroindústria e no manejo florestal. Não explicitam, entretanto, os conceitos que apresentam nem fazem propostas práticas que viabilizem essa concepção de desenvolvimento. O mosaico 20, a partir de um texto de Leonardo Boff, trata da questão indígena e da contribuição que os povos indígenas podem trazer para o processo de globalização. Enfatiza-se a sabedoria ancestral que possibilita a esses povos grande poder de observação da natureza, colocando-os em harmonia com o universo como prova de sua alta civilidade.

No módulo de habilidades específicas dos cursos de Formação de Monitores de Cidadania é utilizada como metodologia de ensino a pesquisa-ação. Pretende-se que as questões desenvolvidas na pesquisa-ação pelos alunos-pesquisadores e pelas comunidades pesquisadas levem estes sujeitos a uma tomada de consciência. A escolha da pesquisa-ação como metodologia é justificada pelo CESOP por possibilitar que as questões levantadas partam de uma demanda das pessoas que não ocupam posições de

poder, tendo seus objetivos definidos pela comunidade com autonomia e mínima interferência da instituição. A metodologia possibilita também a participação de todos os envolvidos, liberdade de expressão, informação para o grupo, negociação com as instituições formais e desenvolvimento de cultura democrática, possibilitando formas democráticas de participação em ações futuras.

A ONG ANIMA objetiva promover o desenvolvimento e o estabelecimento dos direitos de cidadania de crianças, jovens e adultos, principalmente os excluídos socialmente, mediante a elaboração, implantação e execução de ações integradoras que visem a melhoria da qualidade de vida.

No período estudado, a ANIMA desenvolveu diversos projetos nas áreas de serviços sociais, pessoais e domésticos; atividades de turismo, alojamento e alimentação; atividades de serviços às empresas; comércio; desenvolvimento comunitário e cultura, artesanato, esporte e lazer. Nas apostilas referentes às Habilidades Básicas e de Gestão do Curso de Capacitação para Prevenção das DST/AIDS (Área de Desenvolvimento Comunitário), a temática ambiental é contemplada nos seguintes conteúdos programáticos: a) Saúde e Segurança no Trabalho: capacitação voltada para as normas de saúde, higiene e segurança no trabalho (CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes); o meio ambiente no local de trabalho, residência, escola e locais de diversão e lazer (fatores de risco: vazamento no fogão, atmosfera poluída, recintos fechados sem circulação de ar, sanitários em péssimas condições higiênicas etc.) e prevenção de riscos ambientais no ambiente de trabalho (riscos químicos, físicos e biológicos), b) Meio Ambiente / Prevenção às Drogas e AIDS (não são explicitadas as relações entre meio ambiente, drogas e AIDS). A metodologia adotada privilegia como recursos didáticos: dinâmica de grupo, dramatização, leitura de textos, atividades lúdicas e análise de casos.

Finalmente, o GRUDE - uma associação civil, de caráter sócio-ambientalista - tem como missão melhorar a qualidade de vida da população através da defesa e proteção do meio ambiente, da biodiversidade, dos recursos naturais, de áreas ecologicamente importantes, estimulando a implementação efetiva de unidades de conservação. Entretanto, conforme entrevista concedida por seu Diretor Executivo, o GRUDE desde 1991/92 vem atuando em parceria com órgãos públicos (secretarias estaduais e municipais de trabalho, saúde, habitação, meio ambiente) na educação profissional. No período 2000-2002, realizou os seguintes projetos: Orientação em Turismo Ecológico; Organização e Gestão de Associações de Moradores.

O Projeto Orientação em Turismo Ecológico, justificado pela inexistência de cursos no Brasil de formação de Guarda-Parques, objetiva profissionalizar 110 trabalhadores como Orientadores Turísticos Ecológicos e implantar serviços dos treinados/capacitados nas unidades de conservação. Com duração de 70 horas aborda, nas Habilidades Específicas, os seguintes conteúdos programáticos: Primeiros Socorros e Prevenção de Acidentes, Animais Peçonhentos, Prevenção e Combate a Incêndios, Ecoturismo, Unidades de Conservação, Legislação Ambiental.

Conforme consta nos documentos coletados, as diretrizes teórico-metodológicas que informam este projeto baseiam-se nos pressupostos da pedagogia crítica de Paulo Freire e as atividades educativas utilizam como estratégia o diagnóstico socioambiental, a pesquisa-participante, a história oral, a resolução de problemas e a exploração e interpretação ambiental local.

O Projeto Organização e Gestão de Associações de Moradores tem como objetivos capacitar 50 líderes de associações de moradores como agentes capazes “de promover eventos, elaborar e gerenciar projetos sócio-comunitários, escrever requerimentos, petições, interagindo com o poder público na busca de soluções participativas”; implantar serviços dos treinados/capacitados nas comunidades e, da mesma forma que o Projeto Orientação em Turismo Ecológico, visa estimular a formação de uma cooperativa com os treinados; estimular e desenvolver em cada treinado, como exercício pleno de cidadania, o senso crítico e ético, a solidariedade, o respeito às diferenças socioculturais e auto-estima, o exercício da co-responsabilidade individual e coletiva.

Este projeto tem como cerne contribuir para a implementação da Agenda 21 Local, ou seja, visa uma participação qualificada da sociedade civil organizada, através de projetos socioambientais, culturais e comunitários de longo alcance, priorizando a gestão administrativo-financeira que viabilize o processo de tomada de decisão, a planificação e a elaboração de estratégias e políticas de desenvolvimento.

Considerações finais

Nos anos 90, em um contexto marcado pela reforma do aparelho estatal e pelo aprofundamento do processo de mundialização do capitalismo, assiste-se não só à ampliação da degradação ambiental, mas ao recrudescimento das desigualdades sociais advindas das políticas neoliberais adotadas e das mudanças que atingiram o mundo do trabalho.

O debate sobre os impactos do modo de produção capitalista sobre o meio ambiente, iniciado nos anos 60, assume novos contornos, passando-se a discutir diferentes propostas de desenvolvimento sustentável frente à produção e ao consumo ilimitados, que ameaçam as bases materiais da vida. A discussão sobre as relações entre trabalho, meio ambiente e o modelo de desenvolvimento econômico traz novas demandas para a educação, pois os processos educativos precisam levar em consideração a formação de sujeitos críticos que possam questionar as condições sociais e ambientais vigentes na sociedade contemporânea.

Se no âmbito da educação formal já se faz presente a discussão da temática ambiental nos currículos dos cursos, no que se refere aos processos educacionais não-escolares aquela temática nem sempre tem sido abordada. Neste sentido, este estudo

buscou investigar como se dá a articulação entre as temáticas trabalho e meio ambiente nos currículos e práticas educativas dos cursos de qualificação profissional ministrados pelas ONGs, em Programas de Educação Profissional no âmbito do PLANFOR, no Rio de Janeiro.

As ONGs analisadas neste estudo passaram a atuar como “parceiras” nas políticas públicas de educação profissional em decorrência das mudanças no papel do Estado nos anos 90, e têm como missão geral “promover o desenvolvimento comunitário”; “melhorar a qualidade de vida da população”; “promover a educação, a saúde, a proteção e defesa do meio ambiente”; “lutar pela cidadania dos excluídos e marginalizados”. Para tal, oferecem diversos projetos de intervenção e cursos de qualificação profissional, onde a temática ambiental tem sido, em maior ou menor escala, contemplada.

O CEDAPS e ANIMA têm em comum, além da perspectiva da promoção da saúde e segurança no trabalho, a prevenção de riscos ambientais no local de trabalho, nas residências, escolas e locais de diversão e lazer. O CESOP discute a temática ambiental a partir de textos voltados para as questões indígenas e da Amazônia. Inspirado em Félix Guattari (1990), o CESOP afirma que as soluções para estas questões passam por uma articulação ético-política (ecosofia) entre os três registros ecológicos: ecologia ambiental, social e mental.

Apesar do CEDAPS, ANIMA e CESOP não apresentarem, em seus documentos e nas entrevistas realizadas, concepções de desenvolvimento sustentável, de meio ambiente e de educação profissional e ambiental orientadas para a hegemonia do mercado, em suas práticas educativas a articulação entre as temáticas do trabalho e ambiental não foi claramente explicitada.

Finalmente, no que se refere ao GRUDE, foi possível identificar em seus dois projetos, que as concepções de desenvolvimento sustentável, de meio ambiente e de educação ambiental têm como perspectiva a “sustentabilidade democrática” (matriz discursiva da equidade), a explicitação das dimensões social, política, econômica e ética da temática ambiental (abordagem socioambiental do meio ambiente) e uma ação pedagógica crítico-transformadora, que visa a formação omnilateral dos alunos-trabalhadores. Assim, observa-se que o GRUDE, em sua prática educativa, contempla a articulação entre as temáticas do trabalho e ambiental.

Cabe ressaltar, que todas as ONGs analisadas têm em comum metodologias de ensino participativas, tais como: a pesquisa-ação, o PSBH e a pesquisa-participante, através das quais são elaborados diagnósticos socioambientais e discutidos os problemas da comunidade com suas possíveis soluções. As práticas educativas desenvolvidas nos cursos estão voltadas para resolução de problemas, conforme preconiza a Conferência de Tbilisi (UNESCO, 1980) e utilizam como recursos didáticos: o diálogo entre os alunos-trabalhadores, a dinâmica de grupo, a leitura dirigida de textos, a análise de casos, a história oral dos participantes e a exploração e interpretação do ambiente social e

ambiental. Essas metodologias e práticas pedagógicas têm como finalidade a formação de sujeitos críticos, autônomos e capazes de participar da esfera pública - considerada como espaço de luta social -, discutindo seus interesses de forma democrática.

Finalmente, é possível depreender que os cursos ministrados pelas organizações não-governamentais podem converter-se em espaços educativos privilegiados de discussão das temáticas relativas ao mundo do trabalho e ao meio ambiente, principalmente se ancorados em uma perspectiva de “sustentabilidade democrática” e com suas práticas educativas fundadas em uma concepção civil-democrática, com caráter crítico-transformador, com o objetivo de ampliar a participação dos alunos-trabalhadores na esfera pública e o exercício da cidadania.

Referências

ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, H. (Org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.27-55.

ACSELRAD, H.; LEROY, J.P. *Novas premissas da sustentabilidade democrática*. Rio de Janeiro: FASE, 1999.

ALTVATER, E. Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos. In: HELLER et. al.(Org.). *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 109-154.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2000.

BRASIL (República Federativa do Brasil). *Política nacional de educação ambiental*. Brasília: Imprensa Nacional, 28.04.1999.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. *Educação Profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado*. Brasília, 1995. p. 7.

BRASIL/MEC/SEF (Secretaria da Educação Fundamental/MEC). *Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRÜGGER, P. *Educação ou adestramento ambiental?* Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

DELUIZ, N.; NOVICKI, V. Trabalho, meio ambiente e desenvolvimento sustentável: implicações para uma proposta de formação crítica. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, maio/ago. 2004.

DIAS, M. M. *As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2004.

- DRAIBE, S.M. O redirecionamento das políticas sociais segundo a perspectiva neoliberal. In: MESSEMBERG GUIMARÃES et al. *As políticas sociais no Brasil*. Brasília: Serviço Social da Indústria-DN.Super-DITEC, 1993. p. 13-20 (texto 11).
- FIORI, J. L. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: IFCH/ UNICAMP, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. *Os sem-terra, ongs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2000.
- GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, vol.II.
- _____. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1996.
- HAYEK, F. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.
- IANNI, O. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- MACCARIELLO, M. C. M. M., NOVICKI, V.; VIEIRA DE CASTRO, E. M. N. Ação pedagógica na Iniciação Científica. In: CALAZANS, M. J. C. (Org.). *Iniciação científica: construindo o pensamento crítico*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 79-116.
- MANACORDA, M.A. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez, 1991.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MAZZOTTI, T.B. *Qual educação ambiental?* Rio de Janeiro: mimeo, s/d, 15 p.
- OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- RAICHELIS, Raquel. *Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SINGER, P. Poder, política e educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 1, p.5-15, jan./abr. 1996.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). *La educacion ambiental: las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilisi*. Paris: ONU, 1980.